



PREFEITURA MUNICIPAL  
Vargem Grande do Sul - SP  
"A Pérola da Montiqueira"

## TERMO DE CONVÊNIO 018/2023

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE DO SUL-SP, ATRAVÉS DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE E MEDICINA PREVENTIVA, REPRESENTADO(A) PELO(A) GESTOR(A) DO SUS MUNICIPAL E O HOSPITAL DE CARIDADE DE VARGEM GRANDE DO SUL, VISANDO À REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS ELETIVAS NAS ESPECIALIDADES GERAL, UROLÓGICA E GINECOLÓGICA

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE DO SUL**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ n.º 46.248.837/0001-55, com sede na Praça Washington Luís, 643 - Centro - Vargem Grande do Sul-SP, representado neste ato pelo Sr. AMARILDO DUZI MORAES - Prefeito Municipal, portador do RG n.º 15.690.034-8-SSP/SP e do CPF n.º 024.413.408-16 e pelo Sr. MÁRIO OLINTO MERLIN MODOLO, Diretoria Municipal de Saúde, portador do RG n.º 34.381.447-X-SSP/SP e do CPF n.º 300.952.288-61, na qualidade de Gestor do SUS Municipal, doravante denominado simplesmente **CONCEDENTE** e do outro lado o **HOSPITAL DE CARIDADE DE VARGEM GRANDE DO SUL**, entidade filantrópica inscrita no CNPJ n.º 72.863.665/0001-30, com sede na Praça Nossa Senhora Aparecida, 61 - Bairro Nossa Senhora Aparecida - Vargem Grande do Sul-SP - SP, representada neste ato pelo Sr. Valmir Costa - Interventor, portador do RG n.º 8.455.465-4-SSP/SP e do CPF n.º 040.586.648-86, doravante denominado simplesmente **CONVENIENTE**, considerando a necessidade de implementar um sistema de saúde que priorize uma assistência humanizada e valorize a atenção integral à saúde da população, resolvem celebrar o presente convênio de cooperação, nos termos do que dispõem o artigo 24 da Lei n.º 8.080/90, o artigo 116 da Lei n.º 8.666/93 e a Portaria 3410 de 30/12/2013, de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a prestação de serviços médicos/hospitalares e a inserção da **CONVENIENTE** na Rede de Atenção à Saúde da **CONCEDENTE**, autorizada conforme **LEI MUNICIPAL N.º 4.911, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2023** - Projeto de Lei n.º 146/2023 que autoriza o Executivo Municipal a firmar Convênio com o **HOSPITAL DE CARIDADE DE VARGEM GRANDE DO SUL**, visando à realização de cirurgias eletivas nas especialidades geral, urológica e ginecológica.

**Parágrafo único.** Os serviços e atividades pactuados e formalizados no presente instrumento estão definidos no Plano de Trabalho, parte integrante e indissociável deste termo (ANEXO I), cuja condição de eficácia será dada através de ações e metas qualitativas e quantitativas relativas à Assistência à Saúde, Gestão e Avaliação.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ENCARGOS

Constituem encargos dos partícipes:

I - São encargos do **CONCEDENTE**:





PREFEITURA MUNICIPAL  
Virgem Grande do Sul - SP  
"A Pérola da Mantiqueira"

1. Repassar a **CONVENENTE** os recursos financeiros previstos no Plano de Trabalho, a fim de subsidiar a execução do objeto do presente Convênio;
2. Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos e o desenvolvimento das atividades correspondentes, expedir relatórios de execução do convênio, realizar visita técnica "in loco" durante a sua vigência;
3. Apresentar semestralmente ao Conselho Municipal de Saúde os resultados de avaliação, bem como a prestação de contas realizada pela **CONVENENTE**;
4. Criar a Comissão de Monitoramento e Avaliação;
5. Analisar e mediante despacho fundamentado, aprovar ou rejeitar as prestações de contas parciais e final dos recursos aplicados na consecução do objeto deste Convênio e emitir parecer conclusivo, nos termos do art. 189 das Instruções 02/2016;
6. Suspender, por iniciativa própria, novos repasses em caso de irregularidades na comprovação apresentada ou na ausência da prestação de contas;
7. Divulgar em sítio oficial do poder público na internet as informações referentes aos repasses financeiros à **CONVENENTE**, inclusive os documentos relativos aos ajustes e às prestações de contas, nos termos da Lei Federal n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011;
8. Apresentar a Prestação de Contas a Prefeitura Municipal em conformidade com a Instrução Normativa n.º 02/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

#### II - São encargos da **CONVENENTE**:

1. Prestar os serviços terapêutico e hospitalar definidos no Plano de Trabalho, dentro dos limites de sua estrutura conforme pactuado neste Convênio;
2. Fornecer a necessária infraestrutura à realização dos procedimentos conveniados;
3. Alimentar sistematicamente os sistemas de informações do SUS;
4. Apresentar planilha de receita e despesa elaborada de acordo com orientação do Ministério da Saúde a ser apresentada à Comissão de Monitoramento e Avaliação;
5. Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, de acompanhamento e de avaliação dos resultados obtidos;
6. Emitir relatório em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento de cada trimestre do ano civil, sobre a execução do convênio no período, apresentando comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados;
7. Prestar contas mensais e final com observância do prazo e na forma estabelecida na CLÁUSULA OITAVA deste instrumento;
8. A contratação entre a **CONVENENTE** e terceiros, visando a execução de serviços vinculados ao objeto deste Convênio, não induzirá em responsabilidade solidária ao **CONCEDENTE**, bem como não existirá vínculo funcional ou empregatício, nem solidariedade de parcelas de obrigações trabalhistas, contribuições previdenciárias ou assemelhados, não cabendo ao contratado qualquer reclamação trabalhista contra ao **CONCEDENTE** de ordem administrativa, judicial ou extrajudicial;
9. Adotar todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio, nos termos da legislação em vigor.

**Parágrafo único.** Todos os serviços aqui conveniados, nos termos do Plano de Trabalho anexado, ficarão sob a fiscalização do gestor indicado pela **CONCEDENTE**.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Na execução do presente Convênio, as partes deverão observar as seguintes condições gerais:





PREFEITURA MUNICIPAL  
Fátima - Grande do Sul - SP  
"A Pérola da Montiqueira"

I - O monitoramento e avaliação deste Convênio deverão ser realizados, de maneira sistemática, pela Comissão de Monitoramento e Avaliação e pelas instâncias de Regulação, controle e avaliação das esferas de gestão do SUS;

II - A inserção da **CONVENENTE** nas redes temáticas de atenção à saúde, prioritárias do SUS, deverá ocorrer de acordo com o perfil assistencial do hospital, as necessidades de saúde da população e a pactuação com a gestão do SUS, cujas metas estarão contempladas no Plano de Trabalho deste Convênio;

III - A utilização de órteses, próteses e materiais especiais deve estar consonante com a Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, considerando as metas pactuadas neste Convênio;

IV - O modelo de atenção à saúde, no âmbito da assistência hospitalar, deverá ser centrado no cuidado ao usuário, de forma horizontalizada, multiprofissional e interdisciplinar, organizada por linhas de cuidado e considerando as necessidades de saúde da população;

V - O acesso à assistência hospitalar e ambulatorial deverá ser realizado de forma regulada, utilizando-se de protocolos, assegurando equidade e transparência, priorizado por meio de critérios que avaliem riscos e vulnerabilidades, em consonância com a Política Nacional de Regulação do SUS;

**Parágrafo único.** A cobrança de valores dos pacientes atendidos por este convênio, sob qualquer pretexto, constitui falta gravíssima, a ser denunciada aos órgãos competentes para as devidas providências, além daquelas adotadas pela **CONVENENTE**.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES

As responsabilidades das partes serão definidas da seguinte forma:

I - São responsabilidades da **CONVENENTE**:

1. No eixo da Assistência:

a) Garantir a realização de cirurgias eletivas nas especialidades geral, urológica e ginecológica, conforme previsto no Plano de Trabalho, parte integrante deste Convênio, zelando pela qualidade e resolutividade da assistência;

b) Utilizar diretrizes terapêuticas e protocolos clínicos, embasados nas melhores evidências científicas;

c) Promover a alta hospitalar responsável, conforme estabelecido na Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP), emitindo relatório de alta e encaminhamento para a rede básica de saúde e/ou alta complexidade;

d) Implantar e/ou implementar o Programa de Segurança do Paciente estabelecido pelo SUS, com enfoque nos Núcleos, Planos e Protocolos de Segurança do Paciente;

e) Garantir assistência igualitária e equitativa, sem discriminação de qualquer natureza;

f) Disponibilizar informações sobre as intervenções, solicitando ao usuário consentimento livre e esclarecido para a realização de procedimentos terapêuticos e diagnósticos, de acordo com legislações específicas;

g) Notificar suspeitas de violência e negligência, de acordo com normativas específicas;

h) Disponibilizar o acesso aos prontuários à autoridade sanitária, bem como aos usuários e pais ou responsáveis de menores, de acordo com o Código de Ética Médica.

2. No eixo da Gestão:

a) Cumprir as metas e compromissos estabelecidos no Plano de Trabalho, parte integrante deste Convênio, colocando à disposição do gestor público da saúde, para regulação, a capacidade instalada;





PREFEITURA MUNICIPAL  
Vargem Grande do Sul - SP  
"A Pérola da Mantiqueira"

- b) Dispor de recursos humanos adequados e suficientes para a execução dos serviços deste convênio;
- c) Garantir a gratuidade das ações e serviços de saúde do convênio aos usuários do SUS;
- d) Garantir o funcionamento das Comissões Técnicas Assessoras, conforme as legislações vigentes;
- e) Acompanhar a Comissão de Monitoramento e Avaliação;
- f) Divulgar a composição das equipes assistenciais e equipe dirigente da **CONVENENTE** aos usuários em local visível e de fácil acesso;
- g) Assegurar o desenvolvimento de educação permanente para seus trabalhadores;
- h) Disponibilizar os dados e informações para o gestor local e atualizar os sistemas nacionais de informação em saúde e de alimentação obrigatória;
- i) Disponibilizar regularmente os dados da **CONVENENTE** para o Departamento de Saúde e Medicina Preventiva e alimentar e atualizar o Sistema de Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde SCNES, incluindo o cadastramento dos profissionais de saúde que atuam no hospital;
- j) Comunicar o Departamento de Saúde e Medicina Preventiva a existência de equipamentos com defeito e que necessitem de interrupção temporária de utilização, bem como a ausência temporária de profissionais ou redução de insumos, a necessidade de adequação da estrutura para o atendimento de normas sanitárias ou ampliação de serviços, com as respectivas propostas de solução, que deverão ser pactuadas com o Departamento de Saúde e Medicina Preventiva visando a não interrupção da assistência;
- k) Reduzir o tempo médio de permanência em internação mediante articulação com o Departamento de Saúde e Medicina Preventiva.

### 3. No eixo da Avaliação:

- a) Monitorar e avaliar o cumprimento das metas e a resolutividade das ações e serviços de saúde por meio de indicadores estabelecidos no Plano de Trabalho;
- b) Realizar avaliação de satisfação dos usuários e dos seus acompanhantes por meio de impresso que será disponibilizado pelo Departamento de Saúde e Medicina Preventiva;
- c) Participar de processos de avaliação estabelecidos pelos gestores do SUS e o Departamento de Saúde e Medicina Preventiva;
- d) Monitorar a execução orçamentária e financeira e produção assistencial, conforme previsto no instrumento formal de contratualização;

### 4. No eixo da Responsabilidade Civil:

- a) A **CONVENENTE** será responsável pela indenização de dano causado ao paciente e a terceiros a eles vinculados decorrentes de ação ou omissão voluntária ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados, profissionais ou preposto;
- b) O acompanhamento e fiscalização da execução deste convênio pelos órgãos competentes do **CONCEDENTE** não exclui e nem reduz a responsabilidade da **CONVENENTE**, nos termos da legislação;
- c) Essa responsabilidade estende-se aos casos de danos causados por efeitos relativos à prestação de serviços nos termos do art. 14 da Lei n.º 8.078/90.

### II - São responsabilidades do **CONCEDENTE**:

- 1. Definir a área territorial de abrangência e a população de referência da **CONVENENTE** a ser explicitada no Plano de Trabalho deste Convênio;
- 2. Definir as ações e serviços a serem contratados de acordo com o perfil assistencial, a capacidade operacional da **CONVENENTE** e as necessidades epidemiológicas e sociodemográficas da população de referência, a constar no Plano de Trabalho;





PREFEITURA MUNICIPAL  
Virgem Grande do Sul - SP  
"A Pérola da Montiqueira"

3. Gerir todos os recursos públicos de custeio e investimento que compõem o orçamento, com identificação das respectivas fontes federativas;
4. Gerenciar os instrumentos formais sob sua gestão, visando as ações, serviços de saúde e demais serviços;
5. Regular o acesso dos usuários às ações e serviços de saúde por meio de centrais de regulação, de acordo com o estabelecido na Política Nacional de Regulação;
6. Cumprir e fiscalizar as regras de alimentação e processamento dos seguintes sistemas: SIA, SIH, SCNES, Sinan, Sinasc, SIM, SI-PNI e outros sistemas que venham a ser criados no âmbito da atenção hospitalar no SUS, no que se refere às informações da **CONVENENTE**;
7. Garantir, sempre que couber, a inclusão da **CONVENENTE** em políticas prioritárias já existentes, ou que venham a surgir, estabelecidas pela gestão local, estadual e/ou nacional do SUS;
8. Controlar, avaliar, monitorar e auditar, quando couber, as ações e serviços de saúde, bem como acompanhar o alcance das metas qualitativas e quantitativas e intervir de forma construtiva a fim de alcançar as metas pactuadas;
9. Garantir dispositivos de autorização prévia dos procedimentos ambulatoriais e de internação hospitalar, salvo em situações em que fluxos sejam definidos "a priori" com autorização "a posteriori";
10. Garantir a participação da **CONVENENTE** nos fóruns, comitês, câmaras técnicas e demais espaços de gestão instituídos e pactuados com o gestor local do SUS;
11. Repassar as verbas oriundas do Estado ou Governo Federal no menor lapso temporal possível.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A execução deste Convênio será monitorada e avaliada pela Comissão Municipal de Acompanhamento e Avaliação, nomeada por Portaria Municipal, podendo contar eventualmente com outros órgãos e setores competentes da gestão do SUS, mediante análise de documentos, de dados produzidos pelo **CONCEDENTE** e registrados nos sistemas nacionais de informação, bem como por supervisão *in loco*, observando o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste Convênio.

§ 1º A Comissão de Monitoramento e Avaliação, será designada mediante ato da **CONCEDENTE**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da assinatura deste Convênio, com publicação na forma da Portaria.

§ 2º São atribuições mínimas da Comissão de Monitoramento e Avaliação:

- I - Monitorar e avaliar o cumprimento das metas quantitativas e qualitativas constantes no Plano de Trabalho e manifestar-se formalmente quanto ao seu cumprimento;
- II - Utilizar-se da informação de capacidade instalada e operacional da **CONVENENTE** no processo avaliativo de execução das metas;
- III - Propor readequações das metas pactuadas, dos recursos financeiros e outras que se fizerem necessárias nas cláusulas contratuais, desde que essas não alterem seu objeto, bem como propor novos indicadores para a avaliação qualitativa.

§ 3º A manifestação da Comissão de Monitoramento e Avaliação, se dará por meio de relatório do monitoramento e avaliação das metas do Convênio, em conformidade com a metodologia para análise de desempenho das metas quantitativas e qualitativas disposta no Plano de Trabalho.

§ 4º A **CONVENENTE** deverá apresentar justificativas sempre que não houver o cumprimento das metas pactuadas para análise e manifestação pela Comissão de Monitoramento e Avaliação.





PREFEITURA MUNICIPAL  
Vargem Grande do Sul - SP  
"A Pádua da Montiqueira"

§ 5º Após a análise das justificativas apresentadas pelo **CONVENENTE** a Comissão de Monitoramento e Avaliação emitirá um parecer conclusivo a respeito do desempenho das metas quantitativas e qualitativas do serviço, devendo este ser encaminhado, por meio de ofício, ao Gestor Municipal de Saúde.

§ 6º A Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá aceitar as justificativas da **CONVENENTE** pelo eventual não cumprimento de metas decorrente de força maior, não aplicando as penalizações decorrentes deste descumprimento involuntário.

§ 7º A existência da Comissão de Monitoramento e Avaliação não impede e nem substitui as atividades próprias dos componentes do Sistema Nacional de Auditoria e do Controle e Avaliação do Departamento Municipal de Saúde.

§ 8º A **CONCEDENTE** acompanhará a execução do presente Convênio, que será avaliado pelo Departamento de Saúde e Medicina Preventiva, utilizando-se de procedimentos de supervisão indireta ou local, observando o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste Instrumento e de quaisquer outros dados pertinentes ao controle e avaliação dos serviços prestados e sob critérios definidos em normatização complementar e, ainda, em casos específicos, determinar auditoria especializada.

§ 9º Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidas pelo **CONCEDENTE** sob a execução dos serviços descritos na Cláusula Primeira deste Instrumento, a **CONVENENTE** reconhece a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do SUS.

§ 10. A **CONVENENTE** facilitará o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços pela **CONCEDENTE** e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos seus servidores designados para tal.

§ 11. O mandato da Comissão será compatível com a vigência deste Convênio, devendo qualquer alteração da sua composição ser homologada pela **CONCEDENTE**.

#### CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para execução do presente Convênio serão destinados recursos para custeio no montante de até R\$ 362.147,35 (Trezentos e sessenta e dois mil, cento e quarenta e sete reais e trinta e cinco centavos) detalhado no Plano de Trabalho parte integrante deste Termo de Convênio.

A **CONVENENTE** receberá o recurso financeiro oriundo do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com o estabelecido neste instrumento e no cronograma do Plano de Trabalho.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas deste convênio correrão a conta de dotação consignada no orçamento a seguir:

321	01.02.20.10.122.0017.1632.3.3.50.39.00.08	O.Serviços Terceiros PJ Fundo Mun. Saúde
339	01.02.20.10.122.0017.2051.3.3.90.39.00.01	O.Serviços Terceiros PJ Fundo Mun. Saúde



## CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E PUBLICAÇÃO

O presente Convênio vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses a partir da data de sua publicação, podendo ser renovado no interesse dos partícipes por novos prazos, não excedendo a 5 (cinco) anos, sendo adotadas as formalidades legais pertinentes, observando-se o seguinte:

- I - É obrigatória a publicação do extrato deste instrumento e seus aditivos no Diário Oficial;
- II - A publicação do extrato deve ocorrer até o trigésimo dia de sua assinatura;
- III - Após o prazo de 60 (sessenta) meses deverá ser firmado novo convênio para garantir a continuidade das ações e serviços prestados.

**Parágrafo único.** Caso não haja interesse entre as partes pela prorrogação, deverá comunicar o fato ao outro, por escrito e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

## CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO

As alterações de cláusulas do presente Convênio, bem como do Plano de Trabalho, que porventura se tornarem necessárias, serão formalizadas mediante Termo Aditivo em comum acordo entre as partes.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DA DENÚNCIA E DA RECISÃO

O presente Convênio poderá a qualquer tempo ser denunciado, desde que fiquem ressalvadas as atividades em andamento que não possam ser interrompidas sem prejuízo da saúde da população.

§ 1º Este Convênio poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

- I - Amigavelmente, em comum acordo entre as partes, desde que a intenção de rescindir seja precedida de denúncia com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;
- II - Por inexecução contratual, total ou parcial, devidamente apurada em processo administrativo, observado, no que couber, as Leis 8.666/93 e 9.784/99;
- III - Judicial, nos termos da legislação.

§ 2º A ocorrência de qualquer hipótese prevista nesta cláusula não dará direito a qualquer tipo de indenização e nem prejudicará as atividades que estiverem em execução.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES E PENALIDADES

A **CONCEDENTE** poderá aplicar advertência por escrito à **CONVENIENTE** quando esta praticar irregularidades, observando os seguintes preceitos:

- I - Aplica-se ao presente Convênio, no que couber, o disposto nos artigos 87 e 88 da Lei n.º 8.666/93, no caso de descumprimento por qualquer dos partícipes das cláusulas e condições deste instrumento, devendo ser assegurado, para todos os casos, o contraditório e a ampla defesa.
- II - Na hipótese prevista no "caput" deste item, a **CONVENIENTE** será notificada pelo Departamento de Saúde e Medicina Preventiva para apresentar defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias.
- III - Decorrido o prazo acima referido, com ou sem defesa, no prazo de 10 (dez) dias o Departamento de Saúde e Medicina Preventiva proferirá decisão fundamentada sobre a prática da infração administrativa e notificará a **CONVENIENTE**.



PREFEITURA MUNICIPAL  
Vargem Grande do Sul - SP  
"A Pátria da Mantiqueira"

IV - Da decisão proferida pelo Departamento de Saúde e Medicina Preventiva caberá pedido de reconsideração a autoridade que a proferiu, no prazo de 05 (cinco) dias e recurso com efeito suspensivo à autoridade hierarquicamente superior no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º Os casos de inexecução do objeto deste Convênio, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará a **CONVENENTE** às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;

III - Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

§ 2º Os valores das multas aplicadas previstas neste instrumento, poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

§ 3º Da aplicação das penas definidas no § 1º caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

§ 4º O recurso ou o pedido de reconsideração relativos às penalidades do § 1º será dirigido ao Gestor Municipal.

§ 5º A inexecução total ou parcial do objeto deste convênio ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no artigo 78 da Lei 8.666/93.

§ 6º O **CONCEDENTE** poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento Judicial, observada a Legislação vigente, nos seguintes casos:

I - Por infração a qualquer de suas cláusulas;

II - Pedido de concordata, falência ou dissolução da entidade;

III - Em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso da **CONVENENTE**;

IV - Por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato;

V - Mais de 2 (duas) advertências.

§ 7º O **CONCEDENTE** poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da lei 8.666/93 e suas alterações.

## CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Vargem Grande do Sul - SP para dirimir as dúvidas que não puderem ser resolvidas de comum acordo.





PREFEITURA MUNICIPAL  
Vargem Grande do Sul - SP  
"A Pérola da Mantiqueira"

E por estarem os Convenientes certos e acordados quanto às cláusulas e condições deste convênio, firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito na presença das testemunhas abaixo assinadas e qualificadas.

Vargem Grande do Sul, 09 de novembro de 2023.

CONCEDENTE: AMARILDO DUZI MORAES  
Prefeito Municipal

MÁRIO OLINTO MERLIN MODOLO  
Coordenador Municipal de Saúde

CONVENENTE: VALMIR COSTA  
INTERVENTOR

Testemunhas:

1.

JOSÉ LUIS DOS SANTOS  
Oficial Administrativo  
RG 20.493.563  
Prefeitura Municipal VGSul

2.

FÁBIO AUGUSTO DA COSTA  
Diretor de Convênios  
Prefeitura Municipal VGSul



Em BRANCO

JOSE LUIS DOS SANTOS  
Oficial Administrativo  
RG 20.493.563  
Prefeitura Municipal VGSul





PREFEITURA MUNICIPAL  
Vargem Grande do Sul - SP  
"A Pérola da Montiquerra"

## **ANEXO RP-15 - REPASSES AO TERCEIRO SETOR - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO - TERMO DE CONVÊNIO**

**ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO(A):** MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE DO SUL

**CONVENIADA:** HOSPITAL DE CARIDADE DE VARGEM GRANDE DO SUL-SP.

**TERMO DE CONVÊNIO N° 018/2023**

**OBJETO:** REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS ELETIVAS NAS ESPECIALIDADES GERAL, UROLÓGICA E GINECOLÓGICA.

**VALOR:** R\$ 362.147,35 (Trezentos e sessenta e dois mil, cento e quarenta e sete reais e trinta e cinco centavos)

**ADVOGADO - N° OAB:** (\*) MARCOS ROBERTO BARION - OAB N° 255579/SP

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

### **1. Estamos CIENTES de que:**

- a) O ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução N.º 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar N.º 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço - residencial ou eletrônico - ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

### **2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Vargem Grande do Sul, 09 de novembro de 2023.

### **GESTOR DO ÓRGÃO PÚBLICO CONCEDENTE:**

Nome: AMARILDO DUZI MORAES

Cargo: PREFEITO MUNICIPAL

CPF: 024.413.408-16 RG: 15.690.034-8 SSP/SP

Data de Nascimento: 20/02/1963

Endereço residencial completo: Rua Carino da Gama Correa, n.º 1219 - Jardim Brasília - Vargem Grande do Sul-SP.

E-mail institucional: [grupo.convênios@vgsul.sp.gov.br](mailto:grupo.convênios@vgsul.sp.gov.br)

E-mail pessoal: [amarildodmoraes@uol.com.br](mailto:amarildodmoraes@uol.com.br)

Telefone: (19) 3641-9028

Assinatura: \_\_\_\_\_





PREFEITURA MUNICIPAL  
Vargem Grande do Sul - SP  
"A Póvoa da Montiquerra"

**Responsáveis que assinaram o ajuste:**

**PELO ÓRGÃO PÚBLICO CONVENENTE:**

Nome: MÁRIO OLINTO MERLIN MODOLO

Cargo: COORDENADOR DE SAÚDE E MEDICINA PREVENTIVA

CPF: 300.952.288-61 RG: 34.381.447-X-SSP/SP

Data de Nascimento: 17/09/1981

Endereço residencial completo: Rua Waldemar Panico, n.º 223 - Centro - Casa Branca-SP.

E-mail institucional: [saude@vgsul.sp.gov.br](mailto:saude@vgsul.sp.gov.br)

E-mail pessoal: [mariomerlin2008@hotmail.com](mailto:mariomerlin2008@hotmail.com)

Telefone(s): 19 3641-3453 / 19 9-9326-6134

Assinatura: \_\_\_\_\_

**PELA ENTIDADE CONVENENTE:**

Nome: VALMIR COSTA

Cargo: INTERVENTOR

CPF: 040.586.648-86 RG: 8.455.465-4-SSP/SP

Data de Nascimento: 21/10/1962

Endereço residencial completo: Rua Luis Fiorini, n.º 585 - Jardim Fortaleza - Vargem Grande do Sul-SP.

E-mail institucional: [hospcar@uol.com.br](mailto:hospcar@uol.com.br)

Telefone(s): (19) 3641-9300

Assinatura: \_\_\_\_\_



# HOSPITAL DE CARIDADE DE VARGEM GRANDE DO SUL

FUNDADO EM 13 DE MAIO DE 1925

Reconhecido de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto N° 112 de 12 de agosto de 1971

Declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei N° 9.635 de 09 de maio de 1997

Reconhecido de Utilidade Pública Federal pelo Decreto N° 73804 de 12 de março de 1974

Praça Nossa Senhora Aparecida, 61 - CEP: 13880-000 | Vargem Grande do Sul-SP  
(19) 3641 - 9300 - hospcar@uol.com.br

## PLANO DE TRABALHO DO HOSPITAL DE CARIDADE DE VARGEM GRANDE DO SUL, COM A PREFEITURA MUNICIPL N° 002/2023 CIRURGAIS ELETIVAS.

### 01 – INTRODUÇÃO:

O **HOSPITAL DE CARIDADE DE VARGEM GRANDE DO SUL**, no Estado de São Paulo, fundado em 13 de maio de 1925 é uma associação civil, filantrópica, sem finalidade lucrativa, destinada à prática de beneficência e caridade, que dispensa socorros a todos os enfermos, de ambos os sexos, sem distinção de nacionalidade, condição social ou religião e com duração indeterminada.

A sua sede se encontra à Praça Nossa Senhora Aparecida, n°. 61 – Bairro Nossa Senhora Aparecida – na cidade de Vargem Grande do Sul e o seu foro jurídico é o município e Comarca de Vargem Grande do Sul, no Estado de São Paulo. CNPJ n°. 72.863.665/0001-30, SCNES 2081903, Telefone/Fax: (19) 3641-9300, Caixa Postal 56, e-mail: [hospcar@uol.com.br](mailto:hospcar@uol.com.br). **Portador do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social), deferido pela Portaria n°. 581, de 17 de maio de 2021, com validade pelo período de 01/01/2021 a 31/12/2023.** Portador também do CRCE – Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades do Estado de São Paulo, conforme n°. 0999/2012.

Os serviços da entidade destinados aos usuários do SUS – Sistema Único de Saúde em regime de internação no período de 01/01/2023 a 30/09/2023, medido por paciente-dia foi de 85,40%.

A Intervenção Municipal com mandato de 02/01/2023 a 31/12/2023 está composta pelos seguintes membros: Interventor Valmir Costa, Interventor Adjunto Anderson Luis dos Santos, Diretor Financeiro José Geraldo Ramazotti, Diretor Financeiro Adjunto Tarciso Belebony Pereira, Secretário Márcio Osório Mengali, Diretor Jurídico Márcio Aliende Rodrigues, Mesário Carlos Rodrigo de Carvalho.

### 02 – CARACTERÍSTICAS DO HOSPITAL:

2.1 Destina-se à prática de beneficência e caridade, dispensando socorros a todos os enfermos, sem distinção de nacionalidade, condição social ou religião e com duração indeterminada. Os valores da entidade são: preservar a história da instituição mantendo a credibilidade perante a sociedade; ser transparente na gestão dos recursos; praticar a humanização na assistência com princípio de atuação; respeitar os princípios éticos nas relações profissionais e com os pacientes; valorizar o compromisso social e atuar com responsabilidade social.

Recebido 31.10.23  
Silvina

8

1  
10/12





## HOSPITAL DE CARIDADE DE VARGEM GRANDE DO SUL

FUNDADO EM 13 DE MAIO DE 1925

Reconhecido de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto N° 112 de 12 de agosto de 1971

Declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei N° 9.635 de 09 de maio de 1997

Reconhecido de Utilidade Pública Federal pelo Decreto N° 73804 de 12 de março de 1974

Praça Nossa Senhora Aparecida, 61 - CEP: 13880-000 | Vargem Grande do Sul-SP  
(19) 3641 - 9300 - hospcar@uoi.com.br

### 03 – RESPONSABILIDADE DA ENTIDADE:

3.1 Preservar a história da instituição mantendo a credibilidade perante a sociedade; ser transparente na gestão dos recursos; praticar a humanização na assistência como princípio de atuação; respeitar os princípios éticos nas relações profissionais e com os pacientes; valorizar o compromisso social e atuar com responsabilidade social. Realizar todos os atendimentos médico-hospitalar, isto é, internações e urgências e emergências a todos os pacientes que necessitarem desta casa de saúde.

### 04 – JUSTIFICATIVA:

4.1 Esta parceria com o Município de Vargem Grande do Sul, através de Termo de Convênio contempla de forma articulada e complementar os serviços existentes na rede assistencial. Os níveis de atenção hospitalar são caracterizados como primário e secundário (baixa e média complexidade). Os atendimentos ocorrerão de forma contínua, de portas abertas e com livre demanda no Pronto Socorro para urgências e emergências. Os serviços completos serão realizados nas especialidades de: Anestesiologia, Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, Cardiologia, Ortopedia/Traumatologia, Urologia, Ginecologia, Obstetrícia e Pediatria. O hospital oferecerá retaguarda em Sala de Monitorização (semi intensiva) e Centro Cirúrgico.

4.2 Diante do convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Sul, Departamento Municipal de Saúde e Medicina Preventiva, assumindo a integral responsabilidade em otimizar os recursos públicos, ofertar a continuidade do cuidado de forma articulada com a rede municipal, buscando constantemente aprimorar as tecnologias utilizadas, capacitar seu quadro técnico e médico, reciclar constantemente seus profissionais, visando a qualificação da assistência, a inovação e a excelência na prestação de serviços aos usuários do serviço, garantindo os direitos constitucionais e as diretrizes do Sistema Único de Saúde, ofertando atendimento humanizado, aplicando a universalidade, a integralidade e a equidade ao usuário

O Hospital de Caridade de Vargem Grande do Sul é o único da cidade, os valores pagos para a realização dos procedimentos SUS – Sistema Único de Saúde são muito inferiores aos valores reais gastos com os atendimentos, desta forma, se faz necessário e imprescindível a parceria por meio de Termo de Convênio entre a Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Sul e o hospital, para viabilizar e atender as demandas em atendimentos de urgência emergência baixa e média complexidade nas áreas de: Anestesiologia, Clínica Médica, Clínica Cirúrgica (Cirurgia Geral; Ortopédica, Ginecológica e Urológica) Cardiologia, Ortopedia/Traumatologia, Urologia, Ginecologia, Obstetrícia e Pediatria. O hospital oferecerá retaguarda em Sala de Monitorização (semi intensiva) e Centro





# HOSPITAL DE CARIDADE DE VARGEM GRANDE DO SUL

FUNDADO EM 13 DE MAIO DE 1925

Reconhecido de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto N° 112 de 12 de agosto de 1971

Declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei N° 9.635 de 09 de maio de 1997

Reconhecido de Utilidade Pública Federal pelo Decreto N° 73804 de 12 de março de 1974

Praça Nossa Senhora Aparecida, 61 - CEP: 13880-000 | Vargem Grande do Sul-SP  
(19) 3641 - 9300 - hospcar@uoi.com.br

Cirúrgico. Os custos para realização dos procedimentos serão economicamente viáveis ao município. Este hospital possui condições de atender a todos os serviços conveniados e os mesmos serão realizados de maneira rápida, eficiente, mais econômica, humanizada e resolutive sem necessidade de transporte de pacientes para outros municípios retardando o pronto atendimento, aumentando os custos, duplicando exames e outros problemas envolvidos em transportes de pacientes em situação de urgência e emergência.

## 05 – OBJETIVO GERAL:

5.1 Para a realização dos fins a que se propõe, a entidade mantém sua sede e dependências em imóvel próprio, tendo por fontes de recursos, para sua manutenção, investimentos em equipamentos, obras, ampliações, construções entre outros, os recursos obtidos por meio de receitas operacionais, doações, subvenções, donativos, legados, rendas mensalidades dos associados e outros proventos. Tem, ainda, como sua finalidade: a) dispensar assistência médico-hospitalar a todos os enfermos e acidentados, principalmente àqueles reconhecidamente pobres e necessitados; b) manter leitos e serviços hospitalares para uso público ou particular sem distinção de raça, cor, sexo, credo ou religião, dentro das proporções estabelecidas pela legislação e regulamentos em vigor sobre a matéria. De acordo com o Estatuto Social no Capítulo V – Dos Órgãos Diretores e da Administração da Associação – Artigo 29 - § 8º “Os membros do Conselho Deliberativo, Mesa Administrativa e Conselho Fiscal não perceberão ordenados, vencimentos, salários, gratificações ou remunerações de qualquer espécie pelos serviços prestados”

## 06- IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO:

6.1 Realização de cirurgias eletivas nas especialidades de: Cirurgia Geral, Urológica e Ginecológica.

## 07- PREVISÃO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

7.1 Início: Novembro/2023

Término: Abril/2024.

7.2 Os recursos serão depositados na Caixa Econômica Federal, agência de Vargem Grande do Sul nº. 1201, conta corrente nº 5698-7., até o dia 05 (cinco) de cada mês;

## 08- DAS ESPECIFICAÇÕES DOS ATENDIMENTOS:

8.1 Atendimento de Urgência e Emergência;





# HOSPITAL DE CARIDADE DE VARGEM GRANDE DO SUL

FUNDADO EM 13 DE MAIO DE 1925

Reconhecido de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto N° 112 de 12 de agosto de 1971

Declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei N° 9.635 de 09 de maio de 1997

Reconhecido de Utilidade Pública Federal pelo Decreto N° 73804 de 12 de março de 1974

Praça Nossa Senhora Aparecida, 61 - CEP: 13880-000 | Vargem Grande do Sul-SP  
(19) 3641 - 9300 - hospcar@uol.com.br

- 8.2 SADT (Serviço de Apoio de Diagnóstico Terapêutico);
- 8.3 Centro Cirúrgico – realizações de cirurgias eletivas e de urgência nas especialidades existente na entidade e de acordo com o CNES;
- 8.4 Serviço de internação nas seguintes especialidades: Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, Ginecologia e Obstetrícia, Pediatria, Oftalmologia, Urologia, Ortopedia e Traumatologia, Cardiologia Clínica, Anestesiologia, Radiologia, Ultrassonografia e Otorrinolaringologia;
- 8.5 – Os atendimentos terão como etapas para a realização das cirurgias eletivas do município o seguinte fluxo:
- 8.5.1 – O Departamento Municipal de Saúde encaminha a este hospital por meio de ofício a relação das cirurgias eletivas que necessitam ser realizadas. Mediante a relação em mãos esta entidade encaminha aos médicos cirurgiões das seguintes especialidades: Geral, Urológica e Ginecológica.
- 8.5.2 – A funcionária do hospital responsável por esse serviço convoca os pacientes primeiramente para uma avaliação cirúrgica, sendo os pacientes avaliados e estando em condições cirúrgica são solicitados todos os exames pré-operatórios. O que não estão aptos são contra referenciados para atenção básica para conduta e acompanhamento.
- 8.5.3 – Com resultado dos exames os pacientes agendam o retorno com o médico cirurgião e sendo aprovado encaminha para o Anestesista para referida avaliação. Em seguida é agendada a data da realização do procedimento cirúrgico.
- 8.5.4 – Após todo o tramite acima o paciente passa por avaliação pós-cirúrgica, sendo que pode ocorrer que alguns pacientes necessitam de vários retornos.

## 09. DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE:

- 9.1 Atendimento médico-hospitalar, utilizando-se profissionais capacitados e das melhores técnicas possíveis a todos que necessitarem buscando equidade, qualidade e acessibilidade.
- 9.2 Alcançar todas as metas exigidas no item 05.
- 9.3 A instituição se comprometerá a manter equipe de monitoramento e acompanhamento de seu convênio/plano operativo, cuja indicação devera ser formalizada por meio de ofício.
- 9.4 A equipe indicada será responsável por encaminhar todas as informações ou relatório solicitados/pactuados no plano operativo, nos prazos fixados.
- 9.5 A instituição deverá apresentar anualmente as licenças/alvarás da vigilância sanitária ou protocolo de renovação.
- 9.6 Deverão manter contratos vigentes de manutenção dos equipamentos.
- 9.7 Deverá manter limpeza das caixas d'água, controle de pragas, de acordo com as normas específicas, apresentando documentação que comprove essas atividades.
- 9.8 Possuir gerador e planilha de distribuição de energia.



## HOSPITAL DE CARIDADE DE VARGEM GRANDE DO SUL

FUNDADO EM 13 DE MAIO DE 1925

Reconhecido de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto N° 112 de 12 de agosto de 1971

Declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei N° 9.635 de 09 de maio de 1997

Reconhecido de Utilidade Pública Federal pelo Decreto N° 73804 de 12 de março de 1974

Praça Nossa Senhora Aparecida, 61 - CEP: 13880-000 | Vargem Grande do Sul-SP  
(19) 3641 - 9300 - hospcar@uol.com.br

### 10 – METAS A SEREM ATINGIDAS:

10.1 Ampliar a assistência e integração dos serviços existentes no hospital ao SUS, com garantia de atendimento a todos que necessitarem buscando equidade, qualidade e acessibilidade por meio do estabelecimento de metas quantitativas e qualitativas, procurando sempre realizar os atendimentos que os pacientes necessitarem no seu local de origem evitando-se com isso que o mesmo tenha que procurar outros centros de atendimentos, inclusive a realização de avaliações pré e pós cirúrgicas, quando do agendamento e da realização dos procedimentos cirúrgicos devidamente conveniados;

10.2 Manter o cadastro nacional de estabelecimentos de saúde (CNES) atualizado e formalizado pelo responsável (serviços/equipamentos/equipes profissionais completas);

10.3 Apresentar no mínimo, 95% das altas hospitalares, no faturamento hospitalar do SUS (SIHD) na própria competência, ou seja, no início do mês subsequente;

10.4 Possuir comissões atuantes, sendo comissão para revisão de prontuários, comissão de infecção hospitalar e comissão de óbitos;

10.5 Capacitação permanente dos profissionais que atuarem na entidade.

10.6 Garantir apoio aos pacientes e familiares, com manutenção de no mínimo dois horários de visitas hospitalares, sendo um após as 18:00 horas e com placa visível em sua recepção.

10.7 Garantir a segurança, eficácia e qualidade na distribuição de medicamentos.

10.8 Ter qualidade no serviço de nutrição e dietética dos pacientes.

10.9 Qualificação em serviço de hemoterapia.

10.10 Realização de cirurgias eletivas nas especialidades de: Cirurgia Geral, Urológica e Ginecológica, cumprindo um protocolo pré-estabelecido entre o hospital e o Departamento Municipal de Saúde, que consiste na avaliação pré cirúrgica, realização dos exames necessários, avaliação anestésica, execução da cirurgia, acompanhamento, avaliação pós cirúrgica, e posteriormente alta do paciente.





# HOSPITAL DE CARIDADE DE VARGEM GRANDE DO SUL

FUNDADO EM 13 DE MAIO DE 1925

Reconhecido de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto N° 112 de 12 de agosto de 1971

Declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei N° 9.635 de 09 de maio de 1997

Reconhecido de Utilidade Pública Federal pelo Decreto N° 73804 de 12 de março de 1974

Praça Nossa Senhora Aparecida, 61 - CEP: 13880-000 | Vargem Grande do Sul-SP  
(19) 3641 - 9300 - hospcar@uoi.com.br

## RELAÇÃO DAS CIRURGIAS A SEREM REALIZADAS:

Ordem	Descrição - Cirurgias Geral - Eletivas	Qtde	Unitário R\$	Total R\$
1	Hernioplastia Inguinal/Crural Unilateral	10	R\$ 3.189,85	R\$ 31.898,50
2	Hernioplastia Umbilical	10	R\$ 3.123,35	R\$ 31.233,50
3	Hernioplastia Inguinal Bilateral	10	R\$ 3.050,30	R\$ 30.503,00
4	Tratamento Cirurgico de Varizes Unilateral	8	R\$ 3.460,95	R\$ 27.687,60
5	Tratamento Cirurgico de Varizes Bilateral	4	R\$ 4.167,40	R\$ 16.669,60
-	<b>Total de Cirurgias</b>	<b>42</b>		<b>R\$ 137.992,20</b>
-	Avaliações Médicas (Pré Cirúrgica, Anestésica e Pós Cirúrgica)	42	R\$ 150,00	R\$ 6.300,00
-	<b>Total de Cirurgias + Avaliações</b>			<b>R\$ 144.292,20</b>

Ordem	Descrição - Cirurgias Urológicas - Eletivas	Qtde	Unitário R\$	Total R\$
1	Cistolitotomia e/ ou retirada de duplo j	6	R\$ 2.748,60	R\$ 16.491,60
2	RTU - Ressecção Endoscópica de Próstata	10	R\$ 4.257,90	R\$ 42.579,00
3	Tratamento Cirúrgico de Hidrocele	5	R\$ 1.784,45	R\$ 8.922,25
5	Tratamento Cirúrgico de Incontinência Urinaria por via vaginal (Sling)	6	R\$ 1.864,45	R\$ 11.186,70
5	Tratamento Cirúrgico de Varicocele	3	R\$ 1.780,80	R\$ 5.342,40
6	Video Ureterolitotripsia Flexível a Laser Transuteroscópica + Colocação de Duplo JJ	12	R\$ 10.586,10	R\$ 127.033,20
-	<b>Total de Cirurgias</b>	<b>42</b>		<b>R\$ 211.555,15</b>
-	Avaliações Médicas (Pré Cirúrgica, Anestésica e Pós Cirúrgica)	42	R\$ 150,00	R\$ 6.300,00
-	<b>Total de Cirurgias + Avaliações</b>			<b>R\$ 217.855,15</b>

<b>TOTAL DOS RECURSOS FINANCEIROS - R\$</b>	<b>R\$ 362.147,35</b>
---	-----------------------

## 11 - SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO:

11.1 O acompanhamento da execução dos recursos será por meio da Mesa Administrativa com a fiscalização do Conselho Fiscal e Auditoria Independente que será avaliado através da Prestação de Contas do referido repasse.

11.2 Todas as ações previstas, planejadas e formalizadas neste Plano de Trabalho estão condicionadas à análise e monitoramento de forma articulada com a



# HOSPITAL DE CARIDADE DE VARGEM GRANDE DO SUL

FUNDADO EM 13 DE MAIO DE 1925

Reconhecido de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto N° 112 de 12 de agosto de 1971

Declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei N° 9.635 de 09 de maio de 1997

Reconhecido de Utilidade Pública Federal pelo Decreto N° 73804 de 12 de março de 1974

Praça Nossa Senhora Aparecida, 61 - CEP: 13880-000 | Vargem Grande do Sul-SP  
(19) 3641 - 9300 - hospcar@uol.com.br

Diretoria Municipal de Saúde, cujo departamento de regulação, avaliação e controle é responsável pelo acompanhamento, monitoramento e desenvolvimento das ações propostas, visando à qualificação da assistência em rede e o devido uso de recursos públicos.

11.3 Desta forma as tratativas durante a vigência do Plano de Trabalho, serão feitas através de reuniões, visitas in loco e quaisquer outros meios efetivos que resultem na evolução assistencial, visando o bem-estar e a satisfação do usuário.

## 12 – CAPACIDADE TÉCNICA:

Função	Quantitativo	Vínculo
Médicos do Corpo Clínico	27	Pessoa Jurídica
Enfermeira – RT	01	CLT
Enfermeiros	09	CLT
Técnicos de Enfermagem	57	CLT
Auxiliar de Enfermagem	05	CLT
Administrador e Técnico em Contabilidade	01	CLT
Técnico em Gesso	01	CLT
Assistente Social	00	CLT
Farmacêutica	02	CLT
Atendente de Farmácia	06	CLT
Administrativo	08	CLT
Compras	01	CLT
Faturista	01	CLT
Auxiliar de Faturamento	02	CLT
Tesoureira	01	CLT
Auxiliar de Escritório	01	CLT
Recepcionistas	11	CLT
Telefonistas	02	CLT
Nutricionista	01	CLT
Técnico de Segurança do Trabalho	01	CLT
Programador de Sistemas	01	CLT
Técnico de Informática	01	CLT
Cozinheiras	04	CLT
Copeiras	05	CLT
Lavadeiras e Passadeiras	06	CLT
Faxineiras e Faxineiro	09	CLT
Costureira	01	CLT
Encarregado de Obras	01	CLT
Pedreiros	02	CLT
Serventes de Pedreiro	02	CLT
Encanador e Eletricista	01	CLT
Aprendizes	04	CLT





# HOSPITAL DE CARIDADE DE VARGEM GRANDE DO SUL

FUNDADO EM 13 DE MAIO DE 1925

Reconhecido de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto N° 112 de 12 de agosto de 1971

Declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei N° 9.635 de 09 de maio de 1997

Reconhecido de Utilidade Pública Federal pelo Decreto N° 73804 de 12 de março de 1974

Praça Nossa Senhora Aparecida, 61 - CEP: 13880-000 | Vargem Grande do Sul-SP

(19) 3641 - 9300 - hospcar@uoi.com.br

<b>TOTAL</b>	<b>175</b>
--------------	------------

<b>Especialidades</b>	<b>Quantitativo</b>
Clínica Médica	04
Clínica Cirúrgica	03
Cardiologia Clínica	02
Obstetrícia/Ginecologia	03
Ortopedia/Traumatologia	02
Pediatria	06
Anestesiologia	02
Geriatria	01
Urologia	01
Otorrinolaringologia	01
Oftalmologia	01
Radiologia e Ultra-Sonografia	01
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>

## 13- CAPACIDADE INSTALADA LEITOS (Conforme CNES)

<b>Especialidade</b>	<b>Leitos Existentes</b>	<b>Leitos SUS</b>
Cirurgia Geral	10	06
Clínica Geral	26	17
Obstetrícia Clínica	02	01
Obstetrícia Cirúrgica	05	03
Clínica Pediátrica	07	04
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>31</b>

<b>Centro Cirúrgico</b>	<b>Instalado</b>	<b>Operacional</b>
Salas de Cirurgia	04	04
Sala de Recuperação Pós Anestésica	01	01
<b>TOTAL</b>	<b>05</b>	<b>05</b>

<b>Área de atuação</b>	<b>Quantidade</b>
Consultórios Médicos	02
Sala de Observação Feminina	01
Sala de Observação Masculino	01
Sala de Curativo	02
Sala de Gesso	01
Sala de Pequena Cirurgia	01



# HOSPITAL DE CARIDADE DE VARGEM GRANDE DO SUL

FUNDADO EM 13 DE MAIO DE 1925

Reconhecido de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto N° 112 de 12 de agosto de 1971

Declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei N° 9.635 de 09 de maio de 1997

Reconhecido de Utilidade Pública Federal pelo Decreto N° 73804 de 12 de março de 1974

Praça Nossa Senhora Aparecida, 61 - CEP: 13880-000 | Vargem Grande do Sul-SP  
(19) 3641 - 9300 - hospcan@uoi.com.br

<b>TOTAL</b>	<b>08</b>
--------------	-----------

<b>Área de Atuação</b>	<b>Sala</b>
Sala de Cirurgia	04
Sala de Parto Normal	01
Sala de Pré Parto	01
Leitos RN Normal	03
Leitos RN Patológico	01
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>

<b>Equipamentos de Infra-Estrutura</b>	<b>Quantidade</b>
Grupo Gerador	01
Usina de Oxigênio - Tanque	01
<b>TOTAL</b>	<b>02</b>

<b>Equipamentos para Manutenção da Vida</b>	<b>Quantidade</b>
Berço aquecido	04
Bomba de infusão	04
Desfibrilador	04
Oxímetro de pulso - monitor de pressão não invasivo	16
Monitor de ECG - Cardíaco	14
Incubadora	05
Respirador/Ventilador Pulmonar	05
Equipamento de Fototerapia	02
Reanimador Pulmonar - AMBU	06
Eletrocardiógrafo	07
<b>TOTAL</b>	<b>67</b>

## 14 - PLANO DE APLICAÇÃO:

Dos Recursos Fixos a serem investidos pela Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Sul						Valor Mensal R\$	Valor Total R\$	%	
Função	Carga Horária	Salário Bruto	Qtde.	Salário Total	Férias	Décimo terceiro	FGTS Total	Custo mensal	Custo Total
Técnico de Enfermagem	180	2.541,17	05	12.705,85	1.414,95	1.060,90	1.216,95	16.398,65	98.391,90
Lavanderia	180	1.920,03	02	3.840,05	426,63	319,88	366,92	4.953,48	29.720,88
Faxineira	180	2.065,39	01	2.065,39	229,46	172,05	197,35	2.664,25	15.985,50
Recepcionista	180	2.045,60	01	2.045,60	227,27	170,40	195,46	2.638,73	15.832,38
<b>Total</b>		<b>8.572,19</b>	<b>09</b>	<b>20.656,89</b>	<b>2.298,31</b>	<b>1.723,23</b>	<b>1.976,68</b>	<b>26.655,11</b>	<b>159.930,66</b>
Recursos Humanos - CLT- conforme relação acima						26.655,11		159.930,66	44,17%
Prestação de Serviços de Terceiros - PJ						18.200,00		109.200,00	30,15%
Materiais Hospitalares						7.250,00		43.500,00	12,01%
Medicamentos						8.252,78		49.516,69	13,67%
<b>TOTAL</b>						<b>60.357,89</b>		<b>362.147,35</b>	<b>100,00%</b>





## HOSPITAL DE CARIDADE DE VARGEM GRANDE DO SUL

FUNDADO EM 13 DE MAIO DE 1925

Reconhecido de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto N° 112 de 12 de agosto de 1971

Declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei N° 9.635 de 09 de maio de 1997

Reconhecido de Utilidade Pública Federal pelo Decreto N° 73804 de 12 de março de 1974

Praça Nossa Senhora Aparecida, 61 - CEP: 13880-000 | Vargem Grande do Sul-SP

(19) 3641 - 9300 - hospcar@uol.com.br

### 15 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

O desembolso será realizado de acordo com o número de cirurgias realizadas durante o mês. O hospital apresentará um relatório informando quais as cirurgias foram efetuadas, com valores unitários constante na tabela de preços e o total. O respectivo relatório terá análise e aprovação do gestor do convênio e da comissão de avaliação e monitoramento. Em seguida o hospital emitirá nota fiscal de prestação de serviços para o devido recebimento.

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto a PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE DO SUL, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos deste Poder, na forma deste Plano de Trabalho.

Pede deferimento.

Vargem Grande do Sul, 30 de outubro de 2023.

VALMIR COSTA

Interventor

CPF: 040.586.648-86

Plano de Trabalho APROVADO, após análise técnica e comprovação da regularidade cadastral, da regularidade fiscal e dos aspectos jurídicos.  
Aprovado pelo Departamento Municipal de Saúde de Vargem Grande do Sul.  
Vargem Grande do Sul, 30 de Outubro de 2023.

Maria Helena Zan  
Diretora Municipal de Saúde

Aprovado pela Comissão de Avaliação e Monitoramento.



# HOSPITAL DE CARIDADE DE VARGEM GRANDE DO SUL

FUNDADO EM 13 DE MAIO DE 1925

Reconhecido de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto N° 112 de 12 de agosto de 1971

Declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei N° 9.635 de 09 de maio de 1997

Reconhecido de Utilidade Pública Federal pelo Decreto N° 73804 de 12 de março de 1974

Praça Nossa Senhora Aparecida, 61 - CEP: 13880-000 | Vargem Grande do Sul-SP  
(19) 3641 - 9300 - hospcar@uoi.com.br

Vargem Grande do Sul, 30 de Setembro de 2023.

*Zelma Coracini*

Zelma Coracini

Presidente da Comissão

*Adriana F. Cassiano*

Adriana Ferreira Cassiano

Membro da Comissão

Adriana Ferreira Cassiano

Aux. Enfermagem

COREN/SP 644611

Aprovado pelo Chefe do Poder Executivo.

Vargem Grande do Sul, 01 de novembro de 2023.

*Amarildo Duzi Moraes*

Prefeito Municipal de Vargem Grande do Sul





PREFEITURA MUNICIPAL  
Vargem Grande do Sul - SP  
"A Pérola da Mantiqueira"

**LEI N.º 4.911, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2023**  
**Projeto de Lei n.º 146/2023**

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com o HOSPITAL DE CARIDADE DE VARGEM GRANDE DO SUL, para realização de cirurgias eletivas nas especialidades geral, urológica e ginecológica

O Prefeito Municipal de Vargem Grande do Sul, Estado de São Paulo:

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º. Fica o Município de Vargem Grande do Sul autorizado a celebrar convênio com o Hospital de Caridade de Vargem Grande do Sul, inscrito no CNPJ n.º 72.863.665/0001-30, com sede à Praça Nossa Senhora Aparecida n.º 61, nesta cidade, visando à realização de cirurgias eletivas nas especialidades geral, urológica e ginecológica.

Art.2º. O convênio consistirá no repasse financeiro por parte do Município ao Hospital de Caridade de Vargem Grande do Sul no valor correspondente de até R\$362.147,35 (trezentos e sessenta e dois mil, cento e quarenta e sete reais e trinta e cinco centavos), com o objetivo de realização dos serviços descritos no artigo 1º e detalhado no Plano de Trabalho, parte integrante do termo de convênio.

Art. 3º A Direção de Saúde do Município encaminhará ao Hospital de Caridade de Vargem Grande do Sul a relação dos procedimentos a serem realizados, devendo ela ser rigorosamente observada, inclusive com as prioridades definidas pela referida direção.

Art. 4º O repasse do valor objeto do Termo de Convênio será efetuado após prestação de contas do Hospital de Caridade de Vargem Grande do Sul junto à Prefeitura Municipal, podendo ser quinzenal ou mensal.

Art. 5º Na prestação de contas o Hospital de Caridade de Vargem Grande do Sul deverá apresentar à Prefeitura Municipal a relação das cirurgias eletivas realizadas no período, especificando o tipo de cirurgia, valor conforme tabela estabelecida e nome do paciente beneficiário.

Parágrafo único. O repasse fica condicionado à aprovação da prestação de contas referida no *caput* deste artigo.

Art. 6º O termo de convênio de que trata esta lei vigorará a partir da data de sua publicação até 30 de abril de 2024, podendo ser prorrogado por igual período, sendo adotadas as formalidades legais pertinentes.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente:

321 01.02.20.10.122.0017.1632 3.3.50.39.00.00.08 - O Serv. Terc. - PJ - Fundo Mun. Saude

339 01.02.20.10.122.0017.2051 3.3.90.39.00.00.01 - O Serv. Terc. - PJ - Fundo Mun. Saude

Art. 8º A liberação e a movimentação dos recursos seguem as obrigações tratadas no termo de convênio.

Art. 9º Fica designado o servidor Mário Olinto Merlin Modolo como gestor do convênio.

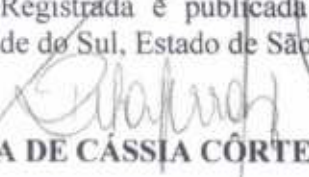
Art. 10. As demais disposições serão estabelecidas no Termo de Convênio a ser firmado entre as partes.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Sul, 08 de novembro de 2023.

  
**AMARILDO DUIZ MORAES**

Registrada e publicada na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Sul, Estado de São Paulo, em 08 de novembro de 2023.

  
**RITA DE CÁSSIA CÔRTEZ FERRAZ**





# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 4.175, de 29 de dezembro de 2017

Quinta-feira, 30 de novembro de 2023

Ano VI | Edição nº 1264

Página 5 de 44



### EXTRATO DE CONVÊNIO

**Objeto:** Realização de Cirurgias Eletivas nas Especialidades Geral, Urológica e Ginecológica.

**Lei Autorizadora:** Lei Municipal n.º 4.911, de 08.11.2023

**N.º Convênio:** 018/2023

**Valor Total:** R\$ 362.147,35

**Vigência:** 09.11.2023 a 08.11.2024

Referido Convênio encontra-se disponível no Departamento de Convênios da Prefeitura Municipal